

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.012 - PR (2019/0081397-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : C M B
ADVOGADO : RODRIGO JOSÉ MENDES ANTUNES - PR036897
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **C M B** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Na origem, constata-se denúncia em desfavor do recorrente pela suposta prática do crime de organização criminosa (artigo 2º, §4º, inciso II, da Lei n.º 12.850/2013).

A defesa impetrou *habeas corpus* na origem, objetivando o trancamento da ação penal por inépcia da denúncia e/ou ausência de justa causa.

O TJPR denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. "OPERAÇÃO ZR3". CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º, §§ 3º E 4º, INCISO II, DA LEI 12.850/2013). MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE LONDRINA. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. ALEGADO CONSTRANGIMENTO ADVINDO DA CONTINUIDADE DO TRÂMITE PROCESSUAL. NÃO-ACOLHIMENTO. INEXISTENTE SUFICIENTE ARGUMENTAÇÃO A SOBRESTAR, DE PLANO, A REGULARIDADE PROCESSUAL. ARGUIDA NULIDADE POR INÉPCIA DA DENÚNCIA (ART. 395, INCISO I, DO CPP). NÃO-OCORRÊNCIA. ELEMENTOS ASSENTADOS NO ART. 41 DO CPP PRESENTES. AUSENTE JUSTA CAUSA PARA O AJUIZAMENTO DO PROCESSO-CRIME (ART. 395, INCISO III, DO CPP). NÃO-ACOLHIMENTO. MATÉRIA DE MÉRITO. NECESSIDADE DE ANÁLISE MAIS APROFUNDADA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NESTA VIA ELEITA. ELEMENTOS QUE ENSEJAM, POR ORA, O PROSSEGUIMENTO DE PROCESSO-CRIME. ORDEM DENEGADA". (e-STJ, fls. 262-263_.

No presente recurso, sustenta o recorrente, em suma, a necessidade de trancamento da ação penal em razão da "ausência de indícios razoáveis de autoria e materialidade." (e-STJ, fl. 301).

Aduz ser "... indubitável que no caso concreto não restou demonstrando indícios mínimos de participação do recorrente em suposto ato ilícito, até não foi o responsável pela elaboração do EIV, no que tange a Junior Zampar, sendo evidente a fragilidade da denúncia no que tange a Cleuber." (e-STJ, fl. 305).

Afirma ainda que o Ministério Público imputou ao recorrente uma responsabilidade objetiva, "... presumindo-se a contribuição de Cleuber na organização criminosa por exercer um cargo no Conselho Municipal da Cidade, sem sequer se atentar ao fato de que Cleuber não emitia parecer quando se tratava de aprovação de EIV." (e-STJ, fl. 312).

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal n.º.

Superior Tribunal de Justiça

0004224-88.2018.8.16.0014, em trâmite na 2º Vara Criminal da Comarca de Londrina-PR. No mérito, pleiteia o provimento do recurso para trancar em definitivo o processo.

Liminar indeferida.

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo desprovimento do recurso em *habeas corpus*.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, vale frisar que, "nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal ou inquérito policial/procedimento investigativo por meio do habeas corpus é medida excepcional". Por isso, será cabível somente "quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito." (RHC 110.327/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019.)

Na hipótese, a defesa sustenta as teses de inépcia da denúncia e de ausência de justa causa da ação penal com base no mesmo argumento, qual seja, a inexistência de elementos mínimos de autoria e de materialidade nos autos para amparar a acusação fomentada pelo Ministério Público Estadual.

Por outro lado, o acórdão impugnado, reproduzindo trecho da denúncia, assevera que estão presentes os indícios de autoria e materialidade para permitir a persecução penal, destacando estar "... descrita de forma clara e objetiva a conduta perpetrada, qual seja, constituição dolosa de organização criminosa, estruturada e ordenada na forma de divisão de tarefas, objetivando obter direta ou indiretamente vantagens de qualquer natureza, em especial econômica, com o recebimento de propinas como condição à aprovação de projetos legislativos de onde a participação do paciente, ou seja a parte que lhe competia na organização criminosa como elemento integrante do Conselho Municipal da Cidade e sócio proprietário da empresa CMB Consultoria, era a emissão de pareceres favoráveis – EIVs 7 -, e em prazos exíguos, necessários à apresentação dos projetos perante a Câmara Municipal." (e-STJ, fl. 270).

E, de fato, da simples leitura da denúncia (e-STJ, fls. 32-69), verifica-se que a acusação está respaldada, *prima facie*, em prévia investigação ("Operação ZR3") realizada para apurar crimes em tese praticados por organização criminosa voltada para a auferição de vantagem econômica indevida para aprovação de projetos de lei visando à alteração de zoneamento de terrenos ou loteamentos, em que os particulares prometiam pagamento de vantagem pecuniária indevida, a título de propina, a agentes públicos.

Especialmente quanto ao recorrente, na qualidade de membro do Conselho Municipal e sócio proprietário da empresa CMB Consultoria, juntamente com outros acusados, narra-se que:

"A associação dos ora denunciados EVANDIR DUARTE DE AQUINO, OSSAMU KAMINAGAKURA, LUIZ GUILHERME CHRISTINO ALHO DA SILVA, 1GNÊS DEQUECH ALVARES, **CLEUBER MORAES BRITO**, VANDER MENDES FERREIRA, BRASIL FILHO THEODORO MELLO DE SOUZA e JOSÉ DE LIMA CASTRO NETO, sob o comando dos vereadores MÁRIO TAKAHASHI e RONY ALVES, **visava constituir, e de fato estabelecia, organização criminosa incrustada na Administração**

Pública do Município de Londrina, que tinha por finalidade o recebimento de propina como condição à aprovação de projetos legislativos, cuja iniciativa no âmbito do Poder Legislativo cabia aos denunciados MÁRIO HITOSHI NETO TAKAHASHI e RONY DOS SANTOS ALVES e à análise e emissão de pareceres favoráveis e em prazos exíguos em processos administrativos, sendo que parte dos integrantes da organização valia-se dos cargos por eles ocupados no Legislativo e Executivo Municipal, bem como no Conselho Municipal da Cidade.

Nesse contexto, MÁRIO HITOSHI NETO TAKAHASHI, RONY DOS SANTOS ALVES e EVANDIR DUARTE DE AQUINO estavam vinculados formalmente à Câmara de Vereadores de Londrina, os dois primeiros como vereadores e o terceiro como assessor parlamentar e chefe de gabinete de RONY ALVES, e se uniram sob a liderança de MÁRIO TAKAHASHI e RONY ALVES, os quais exerciam o comando da organização criminosa, organizando e dirigindo as ações dos demais, que lhes eram subordinados dentro da estrutura da organização, determinando aos particulares interessados na alteração de zoneamento de lotes urbanos a **contratação de CLEUBER MORAES, sócio da empresa CMB Consultoria, para a realização do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) necessário à apresentação do projeto de lei**, bem como de LUIZ GUILHERME ALHO, proprietário da empresa Global Consultoria, para o serviço de "acompanhamento" de projetos de lei e realização de interlocuções junto a órgãos públicos municipais.

Nesse aspecto, cabia ao denunciado LUIZ GUILHERME ALHO apresentar, por meio de sua empresa, orçamentos de prestação de serviços superfaturados⁶ de forma que parte dos valores auferidos, consistentes em vantagens indevidas, a título de propina, seriam posteriormente repassadas aos demais integrantes do esquema criminoso⁷.

Da mesma forma, LUIZ GUILHERME ALHO e CLEUBER MORAES, além de IGNES DEQUECH ALVARES, integravam o CMC (Conselho Municipal da Cidade de Londrina), órgão incumbido da emissão de pareceres isentos sobre EIV's e mudanças de zoneamento, e, na qualidade de membros do referido órgão público, já pré-ajustados com os vereadores, revezavam-se na relatoria dos processos em trâmite naquele órgão e emitiam pareceres favoráveis aos projetos de lei de interesse dos membros da organização criminosas." (e-STJ, fls. 37-38. grifou-se).

Como se vê, a exordial acusatória descreve a suposta contribuição do recorrente para a prática dos ilícitos, a corroborar com a emissão de pareceres favoráveis à apresentação dos projetos perante a Câmara Municipal, auferindo vantagem econômica para tanto. Assim, é inviável acolher a tese de responsabilização objetiva do acusado, pois a imputação não se deve simplesmente ao cargo ocupado, mas sim ao desempenho da função de maneira, em tese, corrompida.

A propósito, é necessário ressaltar que o procedimento investigatório criminal, que ampara a denúncia, conta com as conclusões do pedido de quebra de sigilo e dados telefônicos e busca a apreensão, a respaldar a existência de prova de

Superior Tribunal de Justiça

materialidade e indícios de autoria a permitir a persecução penal.

Ainda, ressalte-se que a via mandamental e o momento prematuro escolhidos não permitem incursão fática sobre os autos.

Durante a instrução processual sim o magistrado poderá se debruçar sobre a prova produzida pelas partes, a fim de verificar a suficiência de prova da materialidade e autoria, a respaldar a procedência da denúncia. Naquela ocasião será adequada a discussão aqui proposta pela defesa, pois não haverá restrição cognitiva, sendo válida lá a apreciação de todo o arcabouço fático probatório dos autos.

Dessa forma, as alegações da defesa relacionadas, por exemplo, que "... Cleuber não participava das votações quando se tratava de projetos elaborados por ele ou por sua empresa (CMB Consultoria), de modo que, o recorrente se DECLARAVA IMPEDIDO DE DAR PARECERES NOS PROJETOS QUE ENVOVIAM AVALIAÇÃO DE EIV'S. (e-STJ, fl. 310), deverão ser apreciada no âmbito da instrução processual.

A propósito do tema, confirmam-se:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. [...] ACOLHIMENTO DAS ALEGAÇÕES DA DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INEVIDÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL AUSENTE. [...]

3. Estando devidamente delineada a materialidade delitiva e os indícios suficientes de autoria na inicial acusatória, não há como acolher as alegações da defesa de ausência de justa causa para propositura da ação penal. A comprovação ou não dos fatos deve ser demonstrada durante a instrução processual, momento apropriado para o Magistrado exercer seu juízo de convicção acerca dos elementos probatórios juntados aos autos. Temerário, nesta via de cognição sumária, afirmar que os fatos ocorreram como narrados ou desqualificar a descrição trazida na denúncia. [...]

7. Recurso em habeas corpus improvido.

(RHC 96.540/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 29/08/2019, grifou-se)"

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DROGAS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE AMPLO REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP ATENDIDOS. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - Inviável o acolhimento do pedido de trancamento da ação penal na espécie, fundado na alegação de ausência de indícios suficientes de autoria e materialidade, porquanto a tese não foi comprovada, de plano. Afastar a conclusão das instâncias

Superior Tribunal de Justiça

ordinárias demandaria amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento incompatível com a via estreita do habeas corpus e do respectivo recurso ordinário.

II - A inicial acusatória descreveu as condutas imputadas à recorrente e aos outros codenunciados, delimitando, ainda que de forma mínima, a atuação de cada um na organização criminosa. À recorrente foi atribuída a conduta de ser "responsável pelas vendas" de drogas, juntamente com outros integrantes da organização, na localidade. Maiores incursões acerca do exato papel exercido por cada membro da organização criminosa é matéria reservada para o curso da instrução processual.

Recurso ordinário desprovido.

(RHC 106.020/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019, grifou-se)"

Desse modo, não se verifica ilegalidade apta a justificar a intervenção desta Corte, para o trancamento da ação penal.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator